

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

CONCURSO PÚBLICO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO
DE PROJETO DO EDIFÍCIO | ISEP TECH**

REFª. 28/000/A/576_2024

CADERNO DE ENCARGOS

PORTO, 2024



O P.PORTO adota uma conduta na sua atividade segundo os princípios inerentes a um serviço público orientado para a transformação e o progresso, no cumprimento dos mais elevados padrões de ética e de honestidade, com as pessoas no centro da sua atuação e com respeito integral pelo desenvolvimento sustentável do país e do planeta.

Índice

Cláusula 1. ^a	4
Objeto	4
Cláusula 2. ^a	4
Contrato	4
Cláusula 3. ^a	4
Prazo de execução do contrato	4
Cláusula 4. ^a	5
Obrigações principais do prestador de serviços	5
Cláusula 5. ^a	5
Forma de prestação do serviço	5
Cláusula 6. ^a	6
Prazo de prestação do serviço	6
Cláusula 7. ^a	7
Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	7
Cláusula 8. ^a	8
Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 9. ^a	8
Prazo do dever de sigilo	8
Cláusula 10. ^a	9
Proteção de dados pessoais	9
Cláusula 11. ^a	9
Preço contratual	9
Cláusula 12. ^a	10
Condições de pagamento	10
Cláusula 13. ^a	10
Responsabilidade pelos Erros e Omissões	10
Cláusula 14. ^a	10
Penalizações	10
Cláusula 15. ^a	11
Casos fortuitos ou de força maior	11
Cláusula 16. ^a	12
Seguro de responsabilidade civil profissional	12
Cláusula 17. ^a	12
Transferência de propriedade	12
Cláusula 18. ^a	12
Direitos de autor	12

Cláusula 19. ^a	13
Resolução do contrato por parte do Contraente Público	13
Cláusula 20. ^a	13
Resolução do contrato por parte do prestador de serviços	13
Cláusula 21. ^a	13
Resolução de litígios – Foro competente	13
Cláusula 22. ^a	13
Comunicações e notificações	13
Cláusula 23. ^a	14
Contagem dos prazos	14
Cláusula 24. ^a	14
Legislação aplicável	14
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	15
Cláusula 1. ^a	15
Âmbito da prestação de serviços	15
Cláusula 2. ^a	15
Constituição da equipa prestadora de serviços	15
Cláusula 3. ^a	16
Responsabilidades do Contraente Público	16
Cláusula 4. ^a	16
Elementos fornecidos pelo Contraente Público	16
Cláusula 5. ^a	16
Programação e coordenação do projeto	16
Cláusula 6. ^a	17
Estudo prévio de arquitetura	17
Cláusula 7. ^a	17
Anteprojeto ou projeto base	17
Cláusula 8. ^a	18
Projeto de execução	18
Cláusula 9. ^a	19
Assistência técnica	19
Cláusula 10. ^a	19
Condicionantes orçamentais	19
Cláusula 11. ^a	19
Manutenção do espaço	19
MAPA DE QUANTIDADES	20

CADERNO DE ENCARGOS**Cláusula 1.ª****Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público, que tem por objeto principal a **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DO EDIFÍCIO | ISEP TECH.**
2. Do presente Caderno de Encargos, constam ainda todas as obrigações a que o projetista, a quem for adjudicada a presente aquisição de serviços, se vincula para a execução de todos os trabalhos necessários para a completa realização dos fins pretendidos.

Cláusula 2.ª**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª**Prazo de execução do contrato**

1. O contrato inicia-se à data da sua assinatura, ou em data a combinar, e mantém-se em vigor pelo prazo de **20 meses**, sem prejuízo de vir a ser prorrogado se tal se mostrar absolutamente imprescindível para a rigorosa conclusão do mesmo, em face dos condicionalismos impostos pelo licenciamento do projeto junto das entidades oficiais competentes e de conclusão da empreitada.
2. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste.

Cláusula 4.ª**Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Os serviços, objeto do contrato a celebrar, compreendem a elaboração e coordenação do projeto nas fases apresentadas no ponto seguinte, conforme as disposições constantes da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de Serviços as seguintes obrigações:
 - a) Elaboração do Estudo Prévio de Arquitetura;
 - b) Elaboração do Anteprojeto e respetivo licenciamento;
 - c) Elaboração do Projeto de Execução;
 - d) Assistência Técnica.
3. A título acessório, o Prestador de Serviços fica ainda obrigado, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. O Prestador de Serviços obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e das normas técnicas de construção, garantindo a conformidade com as exigências das Entidades Externas e o licenciamento dos projetos junto das Entidades que o exijam.
5. De acordo com o n.º 2 do art.º 43.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), quando a obra seja classificada, nos termos do n.º 7 do art.º 43.º do CCP, na categoria III ou superior, bem como naqueles casos em que o preço base, fixado no Caderno de Encargos, seja enquadrável na classe 3 de alvará ou em classe superior, o projeto de execução deve ser objeto de prévia revisão por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, distinta do autor do mesmo.

Cláusula 5.ª**Forma de prestação do serviço**

1. Para acompanhamento da execução do contrato, o prestador do serviço fica obrigado a manter, com uma periodicidade preferencialmente semanal, reuniões de coordenação com os representantes do Instituto Politécnico do Porto, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte do prestador do serviço, à qual deve ser anexada a agenda prévia da reunião.

3. O Prestador de Serviços fica também obrigado a apresentar ao Instituto Politécnico do Porto, sempre que solicitado, a evolução de todas as operações objeto dos serviços respeitantes ao cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato e qualquer documento que o Instituto Politécnico do Porto considere necessário no âmbito do normal acompanhamento dos trabalhos.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em português.
5. Todos os projetos serão fornecidos em suporte de papel e digital editável em formato dwg.

Cláusula 6.ª

Prazo de prestação do serviço

1. Os prazos para elaboração e entrega de cada fase de trabalho, no âmbito da prestação de serviços, deverão ser os seguintes:
 - a) Elaboração do Estudo Prévio de Arquitetura, a executar no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato;
 - b) Elaboração do Anteprojeto a licenciar, a executar no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de comunicação da aprovação da fase anterior;
 - c) Elaboração do Projeto de Execução, a executar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de comunicação da última aprovação da fase anterior por parte das entidades oficiais;
 - d) Assistência Técnica, a prestar quer durante a fase do procedimento de formação do contrato, e até à adjudicação da obra, quer na fase de execução da obra e até à sua receção provisória, nos termos do que se encontra disposto no artigo 9.º da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.
2. O prazo correspondente à Assistência Técnica incluirá:
 - a) O acompanhamento da fase do procedimento de formação do contrato até à adjudicação, na qual se incluem as seguintes atividades:
 - i. Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada ou fornecimento;
 - ii. Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Dono da Obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto;
 - iii. Prestação do apoio ao Dono da Obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas de molde a permitir a sua correta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas;
 - b) Durante a execução da obra compreenderá:
 - i. Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração

do projeto necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção;

- ii. Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou Dono da Obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto;
 - iii. Proceder, concluída a execução da obra, à elaboração das Telas finais a ela respeitantes, verificando a conformidade das mesmas com o projeto de execução e das eventuais alterações nele introduzidas, de acordo com as informações fornecidas pelo Dono da Obra.
3. Os prazos previstos no n.º 1 da presente Cláusula podem ser prorrogados por iniciativa do Instituto Politécnico do Porto ou a requerimento do Prestador de Serviços, desde que devidamente fundamentados, ou na sequência da ocorrência de um motivo de força maior ou facto alheio à responsabilidade do Prestador de Serviços, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do art.º 97.º do CCP.
 4. No caso de haver lugar à revisão do projeto, de acordo com o n.º 5 da Cláusula 4.ª, o Prestador de Serviços fica obrigado a executar todos os elementos necessários, na sequência dessa revisão, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da comunicação da revisão efetuada.

Cláusula 7.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do Contrato, o Instituto Politécnico do Porto procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. No decurso da análise a que se refere o número anterior, o Prestador de Serviços deve prestar ao Instituto Politécnico do Porto a cooperação e os esclarecimentos necessários.
3. Caso, na sequência da conclusão da análise a que se refere o n.º 1 da presente cláusula, se conclua que os elementos entregues não estão conformes as exigências legais ou caso existam discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II do presente Caderno de Encargos, o Instituto Politécnico do Porto deve disso informar, por escrito, o Prestador de Serviços.
4. No caso previsto no número anterior, e no prazo razoável que for determinado pelo Instituto Politécnico do Porto, nunca inferior a 5 (cinco) dias, o Prestador de Serviços pode responder, em caso de discordância, ou executar, à sua custa, as alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo Prestador de Serviços, no prazo respetivo, o Instituto Politécnico do Porto procede a nova análise, nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

6. Após a reanálise identificada no número anterior, e caso se mantenham não conformidades legais ou discrepâncias nas características, especificações e requisitos técnicos do projeto, sem a devida fundamentação, o Prestador de Serviços fica obrigado à revisão das não conformidades, sendo-lhe aplicadas as penalizações previstas na Cláusula 13.^a, sem prejuízo da imputação de outros encargos que possam decorrer da necessidade de realizar novas reapreciações e revisões do projeto.
7. Caso a análise do Politécnico do Porto, a que se refere o n.º 1 da presente cláusula, comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Prestador de Serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II ao presente caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Instituto Politécnico do Porto.
8. O disposto no n.º 1 do presente artigo não se aplica à aprovação do Anteprojeto/Licenciamento já que o projeto de arquitetura e cada projeto de especialidade desta fase fica condicionado à aprovação da entidade oficial respetiva.

Cláusula 8.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Instituto Politécnico do Porto, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na prestação de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O Prestador de Serviços responde perante o Instituto Politécnico do Porto pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.

Cláusula 9.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor por tempo indeterminado após o cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.ª**Proteção de dados pessoais**

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril).
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pelo P.PORTO e da legislação aplicável.
3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de riscos.
4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

Cláusula 11.ª**Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Instituto Politécnico do Porto deve proceder ao pagamento pontual ao Prestador de Serviços do preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode, porém, ser superior a **74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos euros)**, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Instituto Politécnico do Porto, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 97.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O preço a que se refere o n.º 1 supra é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
 - a) Pela elaboração do Estudo Prévio de Arquitetura, a importância correspondente a 15% (quinze por cento) do valor total dos honorários devidos.
 - b) Pela elaboração do Anteprojeto/Projeto de Licenciamento, a importância correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total dos honorários devidos.
 - c) Pela elaboração do Projeto de Execução, a importância correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos honorários e

- d) Pela Fase de Assistência Técnica, na importância correspondente a 10% (dez por cento) do valor dos honorários, pagos de forma fracionada em parcelas trimestrais iguais entre si, de valor calculado de acordo com a calendarização da obra, com início após a respetiva consignação.
4. O Contrato não estará sujeito a revisão de preços.

Cláusula 12.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Instituto Politécnico do Porto, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Instituto Politécnico do Porto da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação pelo Instituto Politécnico do Porto, nos termos da Cláusula 7.^a, por cada uma das fases da execução do Contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Instituto Politécnico do Porto, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga, preferencialmente, através de transferência bancária.

Cláusula 13.^a

Responsabilidade pelos Erros e Omissões

No caso de serem necessários trabalhos para suprimimento de erros e omissões do projeto aplica-se o disposto no artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos, sendo, especificamente, o Prestador de Serviços responsabilizado por incumprimento de obrigações de conceção, conforme previsto nos n.ºs 6 e 7 do referido artigo supra.

Cláusula 14.^a

Penalizações

1. Sem prejuízo do previsto na cláusula 4.^a, pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, o Instituto Politécnico do Porto pode exigir do Prestador de Serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do Contrato, calculada diariamente, até:
 - Um por mil, nos primeiros 15 (quinze) dias;
 - Dois por mil, a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
 - Três por mil, a partir do trigésimo primeiro e até ao quadragésimo quinto dia; e
 - Quatro por mil, a partir do quadragésimo sexto e até ao nonagésimo dia.

- b) Se o incumprimento for devido à verificação de graves erros ou omissões, o quantitativo da indemnização terá como limite o valor da fase ou fases em que aqueles se produziram;
 - c) Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 20% (vinte por cento) do valor contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Instituto Politécnico do Porto tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Prestador de Serviços e as consequências do incumprimento.
 3. Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deverá ser assegurado ao Prestador de Serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.
 4. O Instituto Politécnico do Porto pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente Cláusula.
 5. As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que o Instituto Politécnico do Porto exija uma indemnização pelo dano excedente.
 6. Caso não sejam apresentadas, em fase de concurso de obra, propostas com valor inferior ao orçamento do projeto aprovado pelo dono da obra, fica o Prestador de Serviços obrigado à revisão dos projetos, de modo que os encargos com a execução se comportem dentro dos valores definidos, sem direito a qualquer remuneração complementar, salvo se essa variação for devida a subida anormal e imprevisível, à data de execução do objeto do contrato, dos preços de materiais, equipamento ou mão-de-obra.

Cláusula 15.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a

Seguro de responsabilidade civil profissional

1. É da responsabilidade do Prestador de Serviços a cobertura, através de contratos de seguros de responsabilidade civil, dos seguintes riscos:
 - a) Danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade.
2. O Prestador de Serviços deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, de acordo com o artigo 24.º, e demais legislação em vigor à data da celebração do Contrato.
3. O Instituto Politécnico do Porto pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de Serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 17.^a

Transferência de propriedade

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 7 da Cláusula 7.^a, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato para o Instituto Politécnico do Porto.

Cláusula 18.^a

Direitos de autor

Considera-se que o valor dos honorários inclui a transferência dos direitos de autor para o Instituto Politécnico do Porto do serviço efetuado.

Cláusula 19.ª**Resolução do contrato por parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Instituto Politécnico do Porto pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente, e sem prejuízo de outras situações, nos seguintes casos:
 - a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do Contrato superior a 15 (quinze) dias ou declaração escrita do Prestador de Serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
 - b) Pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao Prestador de Serviços.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.
3. O Instituto Politécnico do Porto poderá resolver o contrato em qualquer momento, não havendo lugar a qualquer indemnização ao prestador de serviço. Nesta situação, o Instituto Politécnico do Porto pagará o valor corresponde à fase do projeto em curso contra entrega dos elementos produzidos, os quais deverão estar de acordo com o definido no Caderno de Encargos a legislação em vigor.

Cláusula 20.ª**Resolução do contrato por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Instituto Politécnico do Porto especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o contratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo Instituto Politécnico do Porto por período superior a seis meses; ou
 - b) Quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao Instituto Politécnico do Porto, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo de o Instituto Politécnico do Porto cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 21.ª**Resolução de litígios – Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª

Âmbito da prestação de serviços

1. É da responsabilidade do Prestador de Serviços a elaboração de todos os estudos constituintes dos projetos, conforme discriminado nas cláusulas seguintes, bem como as normas, orientações e regras definidas no Programa Preliminar em anexo ao presente Caderno de Encargos.
2. Os Projetos, estudos e levantamentos a desenvolver compreenderão, sem prejuízo de outros julgados pertinentes pelo Prestador de Serviços, todos os identificados no Programa Preliminar.
3. Constitui obrigação do Prestador de Serviços o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos estudos/projetos a fornecer, assim como a obtenção, junto das entidades competentes, de todas as informações consideradas necessárias para a elaboração dos fornecimentos definidos no objeto deste procedimento.
4. Constitui obrigação do Prestador de Serviços a realização e entrega ao Politécnico de um vídeo de apresentação de cada uma das fases da presente prestação de serviços (com exceção da Assistência Técnica), a qual deverá incluir imagens 3D e os principais desenhos técnicos.
5. Constitui obrigação do Prestador de Serviços a elaboração e entrega ao Politécnico do Porto aquando do início da elaboração do projeto de execução de uma maquete dos edifícios e sua envólveia à escala 1:100, utilizando em vários materiais entre os quais o pvc, o metal, o eps, o acrílico, a madeira e o cartão, mas acautelando sempre a entrega de um produto de alto valor acrescentado.

Cláusula 2.ª

Constituição da equipa prestadora de serviços

1. A elaboração dos projetos ficará a cargo de uma equipa projetista, cuja coordenação é da inteira e exclusiva responsabilidade de um dos autores dos projetos.
2. A equipa projetista será constituída pelo Coordenador de Projeto, definido a priori, e pelos autores do projeto de arquitetura e dos projetos de especialidades, de acordo com o definido na cláusula anterior.
3. A equipa projetista, referida no número anterior, só poderá ser alterada mediante prévio e expreso consentimento do Instituto Politécnico do Porto.
4. A identificação dos vários técnicos que integram a equipa projetista, com identificação do Coordenador de Projeto, ficará discriminada em documento anexo ao Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual.
5. O Coordenador de Projeto deve ter, pelo menos, cinco anos de atividade profissional em elaboração ou coordenação de projetos, de acordo com o disposto no art.º 6.º da Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

Cláusula 3.ª

Responsabilidades do Contraente Público

1. O Instituto Politécnico do Porto, enquanto entidade adjudicante, deverá assumir todas as responsabilidades, cumprindo com todas as suas obrigações contratuais, de acordo com o estipulado no artigo 18.º, da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
2. O Instituto Politécnico do Porto, enquanto entidade adjudicante, deverá assumir as suas obrigações de acordo com artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, com exceção da elaboração do Plano de Segurança e Saúde em fase de projeto, cuja responsabilidade é atribuída ao Prestador de Serviços.

Cláusula 4.ª

Elementos fornecidos pelo Contraente Público

1. O Instituto Politécnico do Porto fornecerá todos os elementos necessários ao correto desenvolvimento dos projetos, nomeadamente:
 - a) Programa Preliminar;
 - b) Todas as informações com relevância para o processo de elaboração dos Projetos que sejam do seu conhecimento.
2. O Instituto Politécnico do Porto proporcionará, sempre que possível, apoio ao Prestador de Serviços, promovendo as solicitações por diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como seja pedido de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do projeto.

Cláusula 5.ª

Programação e coordenação do projeto

1. Os serviços, objeto do contrato, compreendem a coordenação dos diversos projetos relativos ao Projeto de Execução, conforme as disposições constantes da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.
2. A Coordenação de Projeto deverá ser assumida por um dos técnicos que integra a equipa de projeto, tal como definido na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, sendo ele o interlocutor com o adjudicatário.
3. A coordenação das atividades dos intervenientes no Projeto tem como objetivo a integração das suas diferentes partes num conjunto harmónico, de fácil interpretação e capaz de fornecer todos os elementos necessários à execução da obra, garantindo a adequada articulação da equipa de projeto em função das características da obra e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade, bem como a relação com o Instituto Politécnico do Porto ou o seu representante.
4. A programação do projeto visa o escalonamento das suas diferentes fases e das atividades de cada interveniente, de modo a ser dado cumprimento ao Contrato.
5. O Coordenador do Projeto deve compatibilizar a sua ação com a do Coordenador de Segurança e Saúde em fase de projeto, quando este existir.

Cláusula 6.ª**Estudo prévio de arquitetura**

1. Do projeto a realizar, com base nos Objetivos Programático, deverão constar, sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelo Prestador de Serviços, ou constantes de regulamentação específica aplicável, os elementos estabelecidos nos artigos 5.º e 17.º, da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.
2. Deverão ainda constar os Quadros de Áreas presentes em anexo devidamente preenchidos.
3. Os elementos definidos nos artigos mencionados no número anterior, deverão ser entregues em 2 (dois) conjuntos completos em suporte papel, um original dobrado em formato A4, e 2 pen's drives contendo a totalidade do trabalho em formato digital editável, sendo este último acompanhado dos ficheiros de impressão e da descrição dos requisitos de software necessários para esse efeito.

Cláusula 7.ª**Anteprojeto ou projeto base**

1. Dos projetos a realizar, deverão constar, sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelo Prestador de Serviços, ou constantes de regulamentação específica aplicável, os elementos estabelecidos nos artigos 6.º, 18.º, 25.º, 31.º, 37.º, 43.º, 49.º, 55.º, 61.º, 67.º, 73.º e 160.º da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.
2. Todos os projetos deverão ser instruídos com os seguintes elementos:
 - a) Termo de Responsabilidade pela execução do projeto;
 - b) Memórias descritivas e justificativas da solução adotada, onde figurem designadamente descrições da solução orgânica, funcional e estética da obra, dos sistemas e dos processos de construção previstos para a sua execução e das características técnicas e funcionais dos materiais, elementos de construção, sistemas e equipamentos;
 - c) Avaliação das quantidades de trabalho a realizar por grandes itens e respetivos mapas;
 - d) Estimativa de custo atualizada;
 - e) Peças desenhadas a escalas convenientes e outros elementos gráficos que explicitem a localização da obra, a planimetria e a altimetria das suas diferentes partes componentes e o seu dimensionamento bem como os esquemas de princípio detalhados para cada uma das Instalações Técnicas, garantindo a sua compatibilidade;
 - f) Identificação de locais técnicos, centrais interiores e exteriores, bem como mapa de espaços técnicos verticais e horizontais para instalação de equipamentos terminais e redes.
 - g) Programa geral dos trabalhos.
3. Deverão ainda constar os Quadros de Áreas presentes em anexo devidamente preenchidos.
4. Os elementos definidos nos artigos mencionados no número anterior, deverão ser entregues em 2 (dois) conjuntos completos em suporte papel, um original dobrado em formato A4, e 2 pen's drives contendo a totalidade do trabalho em formato digital editável, sendo este último acompanhado dos ficheiros de impressão e da descrição dos requisitos de software necessários para esse efeito.

Cláusula 8.ª**Projeto de execução**

1. A elaboração do Projeto de Execução será conforme as disposições constantes da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, e compreende o fornecimento dos elementos dos projetos referidos no ponto n.º 2, da Cláusula 1.ª, da Parte II – Especificações Técnicas.
2. Dos projetos a realizar, deverão constar, sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelo Prestador de Serviços, ou constantes de regulamentação específica aplicável, os elementos estabelecidos nos artigos 7.º, 19.º, 26.º, 32.º, 38.º, 44.º, 50.º, 56.º, 62.º, 68.º, 74.º e 161.º, da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.
3. Todos os projetos deverão ser instruídos com os seguintes elementos:
 - a) Termo de Responsabilidade pela execução do projeto;
 - b) Memória descritiva e justificativa, incluindo a disposição e descrição geral da obra; descrição genérica da solução adotada com vista à satisfação das disposições legais e regulamentares em vigor; indicação das características dos materiais, dos elementos da construção, dos sistemas, equipamentos e redes associadas às Instalações Técnicas;
 - c) Cálculos relativos às diferentes partes da obra apresentados de modo a definirem, pelo menos, os elementos referidos na regulamentação aplicável a cada tipo de obra e a justificarem as soluções adotadas;
 - d) Medições e mapas de quantidade de trabalhos, dando a indicação da natureza e da quantidade dos trabalhos necessários para a execução da obra;
 - e) Orçamento baseado nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;
 - f) Peças desenhadas de acordo com o estabelecido para cada tipo de obra na regulamentação aplicável, devendo conter as indicações numéricas indispensáveis e a representação de todos os pormenores necessários à perfeita compreensão, implantação e execução da obra;
 - g) Condições técnicas, gerais e especiais, do caderno de encargos.
4. Deverão ainda constar os Quadros de Áreas presentes em anexo devidamente preenchidos.
5. O Prestador de Serviços deverá assumir, por escrito, a responsabilidade pelas várias medições dos projetos, nas componentes de arquitetura e especialidades.
6. Os elementos referentes ao “Projeto de Execução” deverão integrar os elementos de solução de obra a integrar o caderno de encargos do procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, de acordo com o estabelecido no artigo 43.º Código dos Contratos Públicos, devendo o Prestador de Serviços respeitar, na elaboração das várias peças, o discriminado nas “especificações técnicas” definidas no artigo 49.º do mesmo diploma legal.
7. Os elementos definidos nos artigos mencionados no número anterior, deverão ser entregues em 2 (dois) conjuntos completos em suporte papel, um original dobrado em formato A4, e 2 pen’s drives contendo a totalidade do trabalho em formato digital editável, sendo este último acompanhado dos ficheiros de impressão e da descrição dos requisitos de software necessários para esse efeito.

Cláusula 9.^a**Assistência técnica**

1. O Prestador de Serviços tem o direito de exigir e a obrigação de garantir a Assistência Técnica necessária à boa execução da obra.
2. A Assistência Técnica deve ser prestada, quer na fase do procedimento de formação do contrato, e até à adjudicação da obra, quer durante a execução da obra.
3. Os serviços de Assistência Técnica compreenderão, nomeadamente:
 - a) Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada ou fornecimento;
 - b) Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Dono da Obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto;
 - c) Prestação do apoio ao Dono da Obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas de molde a permitir a sua correta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas;
4. As atividades relativas à Assistência Técnica são definidas pelos artigos 9.º, 10.º, 20.º, 27.º, 33.º, 39.º, 45.º, 51.º, 57.º, 63.º, 69.º, 75.º e 162.º, da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.

Cláusula 10.^a**Condicionantes orçamentais**

1. Na conceção do projeto, o Prestador de Serviços deverá ter em consideração o limite financeiro indicativo de constante do Programa Preliminar, excluindo o valor do IVA à taxa legal em vigor, respeitante ao valor máximo disponibilizado pelo Instituto Politécnico do Porto para a concretização da empreitada respeitante ao presente projeto.
2. Caso não sejam apresentadas, em fase de concurso de obra, propostas com valor inferior ao orçamento do projeto aprovado pelo dono da obra, fica o Prestador de Serviços obrigado à revisão dos projetos, de modo que os encargos com a execução se comportem dentro dos valores definidos, sem direito a qualquer remuneração complementar, salvo se essa variação for devida a subida anormal e imprevisível, à data de execução do objeto do contrato, dos preços de materiais, equipamento ou mão-de-obra.
3. Nos casos previstos na parte final do número anterior fica o Prestador de Serviços obrigado à revisão dos projetos, de modo que os encargos com a execução se comportem dentro dos valores definidos, havendo lugar à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, nos termos previsto no artigo 282.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 11.^a**Manutenção do espaço**

Deverá o Prestador de Serviços, no desenvolvimento dos projetos, ter em atenção os custos de manutenção associados às opções técnicas e construtivas, optando, sempre que possível, por soluções de maior grau de sustentabilidade, de forma a assegurar eficazmente a manutenção do edificado.

MAPA DE QUANTIDADES

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	UNIDADES	QUANTIDADE
1	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DO EDIFÍCIO ISEP TECH	vg	1,00